

PARADO! POLÍCIA! - TRANSMUTAÇÕES SEMÂNTICAS DO DISCURSO ORAL DE ABORDAGENS POLICIAIS PARA O DISCURSO IMAGÉTICO

Claudio Alves BENASSI (UNIASSELVI)¹

Resumo: Este trabalho relata experiências oriundas das salas de ensino de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, aplicada ao contexto de abordagens policiais. Não apresenta caráter de tratado no assunto, também não visa elaborar uma análise deste tipo de discurso ou manual linguístico, mas evidencia experiências que poderão ajudar na delimitação do tema. Está fundamentado em Bakhtin, observando os conceitos de discurso, enunciado e diálogo. Motivando-se ainda nos pesquisadores Brait e Mello, Quadros e Karnopp, Ferreira e Duarte.

Palavras-chave: Abordagens policiais. Discurso. LIBRAS. Linguística aplicada.

1. Primeiras palavras: LIBRAS - uma língua por imagem em cursos de curta duração

Desde os primeiros registros históricos dos estudos e da sistematização da comunicação gestual, que perduraram até os nossos dias, uma discussão acerca do caráter linguístico das línguas de sinais – doravante LS – se delinearam em torno deste assunto, que ora é afirmado, ora refutado e, novamente retomado (CAMPELLO, 2009). Se nos atentarmos para o resultado dos últimos estudos na área da linguística, no tocante às LS, não nos resta dúvida: as LS se constituem de um sistema linguístico de natureza viso-espacial com organização gramática própria. Sobre o sistema linguístico gestual-espacial das comunidades surdas brasileiras, o texto da Lei n.º 10.436, sancionada no dia 24 de abril de 2002, reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão, como também os recursos de expressão a ela associados. No parágrafo único, especifica que seu sistema linguístico é de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriundo das comunidades surdas brasileiras (BRASIL, 2002).

Da mesma maneira que as línguas orais – doravante LO – surgiram de maneira espontânea, da necessidade do ser humano de interagir com seus semelhantes, com as línguas de sinais – inclusive a LIBRAS – ocorreu o mesmo. Por esse motivo, são consideradas por muitos autores como línguas naturais. As pesquisas no campo da linguística sobre as LS ainda são em número reduzido, afirma Quadros e Karnopp (2004), tendo mudado pouca coisa do panorama dado pelas autoras, que apontam semelhanças entre LS e as LO, em todos os aspectos fundamentais, sendo que as principais diferenças estão presentes nas modalidades de realização, modalidades epistêmicas e deônticas (QUADROS, KARNOPP, 2004).

¹ Especializando em LIBRAS pelo Grupo UNIASSELVI. Indaial, Brasil, Mestrando em Estudos de Cultura Contemporânea pela UFMT/ Cuiabá/MT/ Brasil. caobenassi@hotmail.com

Para Ferreira (2010, p. 29), as diferenças existentes entre as LS e LO são, principalmente, a linearidade sequencial na ordem da fala e a simultaneidade “dos parâmetros na constituição dos sinais na formação de várias orações das línguas de sinais”. A autora considera ainda o caráter da linearidade temporal, também utilizada na LS, apesar desta manifestar-se em espaço multidimensional. Aspectos de semelhanças e diferenças entre as línguas (orais e imagéticas), segundo Quadros e Karnopp (2004), são difíceis de estabelecer, porque consideram que as LS foram e continuam sendo investigadas, mas muitos tópicos, principalmente sobre a fonologia da língua, não haviam ainda sequer sido pesquisados. As pesquisas avançaram, mas ainda são consideradas incipientes quanto ao estudo da fonética, fonologia e morfologia dos sinais.

Outro aspecto importante, que vale a pena ser ressaltado, está relacionado à aprendizagem de LIBRAS aplicada a determinados contextos. Cursos de língua aplicada, como a nomenclatura específica, são voltados para a interação em determinados contextos; o que implica dizer que em um curso de LIBRAS aplicada à abordagem policial, normalmente, cursos de curta duração, o enfoque não é na linguística, tampouco na gramática, mas na pragmática.

As noções de linguística, de gramática ou de historicidade devem ficar em segundo plano, evidenciando conteúdos que facilitem a interação na língua alvo. Nesses cursos, por apresentarem carga horária reduzida, o professor não pode alongar-se em assuntos como cultura, por exemplo. Também assuntos como fonologia ou fonética, morfologia ou sintaxe, não devem se tornar o centro das atenções, uma vez que o foco deve ser a capacitação de profissionais para situações reais, que envolvem comunicação direta, pragmática, onde discussões a respeito deste ou daquele aspecto histórico, cultural ou de origem linguístico-gramatical não são levados em consideração. O conhecimento sobre o assunto pelo professor é de extrema importância. Zuin e Reyes explicam que:

[...] para o ensino de língua materna é necessário que os professores dominem os conteúdos, que sistematizem o saber científico de forma a facilitar a aprendizagem dos alunos, sem esquecer de levar em consideração o contexto ao qual aqueles pertencem. Somente assim o professor será um mediador relevante deste processo e estará cumprindo a sua função política, isto é, dando acesso à produção humana (2010, p. 85).

Para Terra (2004, p. 105), a L1 pode e sempre ajuda a construir a L2, “não somente como uma estratégia que o aluno usa ao associar itens lexicais a certas estruturas”. Baseando-se nessa afirmativa, poder-se-ia dizer que o professor que conhece e utiliza L1 e L2 em sala,

facilita a fixação dos conteúdos abordados, levando o aluno a uma rápida e eficiente aprendizagem. Em contrapartida, poder-se-ia afirmar que um professor que não se comunica na L1 do seu aluno teria maior chance de fracasso em sala de aula, pois:

Aprender é um processo de correlacionar o ‘novo’ ao ‘já adquirido’, e a aprendizagem de línguas não é uma exceção. Ao aprendermos uma nova língua, portanto, apoiamo-nos, quer queira ou não, em conhecimentos da(s) língua(s) que sabemos. As nossas estratégias e ações conscientes de aprendizagem podem ser enormemente auxiliadas se pudermos conectar o que já sabemos (L1) ao novo (L2), em princípio, de maneira realística. Existe, assim, um relacionamento simbiótico entre L1 e L2, de modo que o conhecimento da L1 pode ajudar a aquisição de conhecimentos da L2 (e vice-versa, certamente) (LIER, 1995, apud TERRA, 2004, p. 102, grifos do autor).

2. Abordagem policial frente ao surdo: investida oralizada e imagética

Para Reis (2013, p. 03), as abordagens policiais apresentam três técnicas básicas, sendo elas: a abordagem policial, propriamente dita, a busca e a identificação. No primeiro estágio, a abordagem apresenta o objetivo de propiciar à sociedade segurança e proteção. No segundo, a busca permite uma aproximação do sujeito, processo que desencadeia a terceira fase. Nela, o sujeito é identificado, verifica-se se há antecedentes, armas ou objetos relacionados com a suposta infração, segundo manual. De acordo com o Código de Processo Penal – CPP, a busca pessoal independe de mandado (ART. 244, CPP, 2000).

Como aponta Alves (2011), a “Polícia Militar exerce sua função inibidora e repressora de atos criminosos por meio de instrumentos que auxiliam o combate ao crime”. Rousseau define em sua obra que a ordem social é estruturada por convenções e, a partir de tais deliberações, surge o contrato social, por meio do qual o homem renuncia a sua liberdade natural, adquirindo uma liberdade civil, beneficiando a vida em coletividade, o que possibilita ao mesmo viver em sociedade.

Nesse contexto, da abordagem pessoal no ato de sua efetivação, “o Estado, convencionado e legitimado por seus cidadãos, adota a restrição de determinados direitos e liberdades civis, em proveito de uma ação de garantia a segurança pública”, um dos principais valores da sociedade, diz Alves (2011). Para tal, a abordagem policial se faz por meio de um discurso oral pétreo, com possibilidades mínimas de variações, pois independe da esfera discursiva em que se insere. Tal discurso segue padrões delimitados e preestabelecidos, tendo como enunciadores, por um lado, profissionais da segurança, treinados e capacitados para resguardar ao cidadão seus direitos e proteger a população, e, por outro lado, cidadãos pertencentes à sociedade civil, estando ou não em situação suspeita, delineando assim o

discurso, que, na concepção de Bakhtin, é o cenário onde os enunciados – principais atores na constituição da linguagem – se encontram.

Em conversas informais com policiais e surdos, nos é relatado que as abordagens policiais frente ao sujeito com surdez são quase sempre traumáticas. Isso decorre do despreparo do profissional para lidar com um sujeito linguisticamente constituído por discursos imagéticos. Discurso este que não contemplava o surdo, que em muitos casos, mesmo não tendo praticado delito algum, empreende fuga.

A partir da aprovação da Lei n.º 10.436, serviços públicos, como, por exemplo, o de segurança, ficaram obrigados a capacitarem seus profissionais para atenderem PL's² auditivos e surdos em sua Língua de Conforto – doravante LC³. Mas como seria a abordagem policial frente ao sujeito com surdez ou com limitação auditiva.

Em nosso Estado, academias de formação de oficiais - como a Costa Verde, localizada no município de Várzea Grande - oferecem para seus formandos três módulos de LIBRAS, contemplando amplo compartilhamento de saberes na esfera da segurança pública. Diversas foram as monografias que surgiram neste contexto para debater o uso da LIBRAS e a formação linguística de oficiais e soldados.

3. Por dentro do cenário discursivo nas abordagens policiais

Antes de adentrar um pouco o universo das abordagens policiais, torna-se necessário entender os conceitos de enunciado, diálogo e discurso que permeiam este trabalho. O enunciado, na concepção de Bakhtin, é o principal ator na concepção de linguagem (BRAIT e MELO, 2008, p. 65). Duarte, ao reler Bakhtin, afirma que o diálogo não é somente uma forma de comunicação, tampouco o contato verbal entre dois ou mais indivíduos (DUARTE, 2011, p. 41), enquanto o discurso verbal, para Bakhtin e Volochínov (2003), é como um cenário de um dado evento.

Como bem sabemos, alguns conceitos de uma determinada língua não fazem sentidos em outras. A língua não tem “contornos absolutamente claros”, e é por isso que a concepção de uma tradução na qual o tradutor deve apenas transferir o significado, sem nele interferir, é utópica (ALBRES, 2012, p. 02). Para Lacerda (2000, p. 06), o tradutor ou intérprete atua na fronteira entre os sentidos de origem e da língua alvo, relacionando-se, no processo de interpretação, com o contexto no qual o signo é criado. Para o autor, o sentido dá-se na interação

² Pessoa com Limitação (BENASSI; DUARTE e PADILHA, 2012).

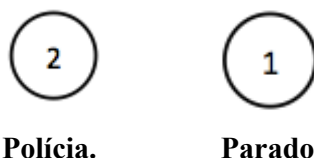
³ Para Wallon, língua de conforto é aquele em que o indivíduo melhor organiza e expressa suas ideias (La Taylle, Oliveira e Dantas, 1992). No caso do surdo, sua língua de conforto é a LIBRAS.

e é atualizado no contato com os outros sentidos, na relação que se estabelece entre os interlocutores. A interpretação torna-se então um processo ativo, repleto de sentidos na relação com outros sentidos.

Esse pressuposto se delinea facilmente ante nossos olhos, quando observamos termos e procedimentos de abordagens policiais, quer sejam elas de rotina ou em situações em que o sujeito infringiu a lei. Mesmo se tratando de um discurso pétreo, cuja possibilidade de mudança e/ou variação é mínima, o discurso de abordagem policial apresenta algumas destas peculiaridades linguísticas.

No caso da abordagem de um sujeito com surdez, ao se utilizar dos recursos imagéticos, é necessário ter bom conhecimento da língua de sinais e das mudanças de significações no uso dos mesmos, pois, em certos casos, uma mudança deles implicaria, no enunciado, uma inversão de comando. Em uma abordagem de rotina, para simples averiguações, apresenta-se oralmente o seguinte discurso: *Polícia. Parado. Coloque as mãos na cabeça e vire-se, abra as pernas, vamos te revistar.*

Já em LIBRAS é necessário fazer uma inversão no primeiro comando, pois se o mesmo for dado na mesma ordem, a pessoa com surdez entenderá que a polícia deve parar – conforme o exemplo a seguir⁴ -, pois, segundo Quadros e Karnopp (2004, p. 135), pesquisas indicam que a ordem básica das frases em LS apresenta-se na forma Sujeito/Verbo/Objeto-SVO, sendo que outras combinações são possíveis, desde que não impliquem numa mudança de sentidos.

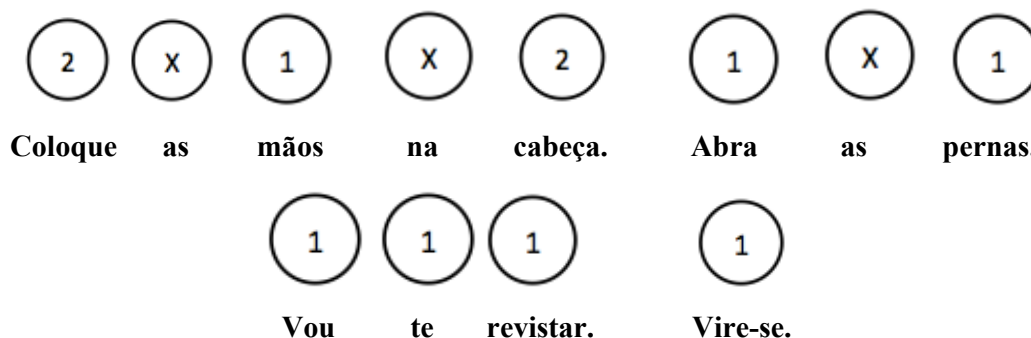


Exemplo n.º 01. Demonstrativo da mudança de ordem sintática da LIBRAS frente a LP.

Nesse comando, tem-se então a ordem na sequência oral, sendo que na LIBRAS notada pelos NS aparece em ordem inversa, pois, se a ordem do enunciado oral fosse seguida, a compreensão seria que a polícia deve parar, pois a sequência SVO na LS mostra claramente que primeiro deve vir o sujeito e em seguida a ação que repousa sobre ele, implicando, portanto, numa mudança de significado caso tal ordem não seja respeitada.

⁴ Optei usar neste trabalho o sistema Números Semânticos (NS) para notar a ordem dos sinais em LIBRAS, uma vez que não disponho de espaço suficiente para colocar fotos. O círculo notado com um “X” representa partículas morfológicas que não são sinalizadas em LIBRAS. Círculos sobre palavras diferentes notados com um mesmo número, denota um único sinal. Não me agrada, o sistema de Glosas, pois o mesmo desestrutura a Língua Portuguesa e não representa a língua espaço-visual.

Na sequência da abordagem *Coloque as mãos na cabeça e vire-se*, haverá também uma pequena inversão, pois o sujeito com surdez depende do campo visual para discursar ou compreender um discurso. Caso o policial dê o comando *vire-se*, neste momento o surdo o executará, não permitindo que visualize os demais comandos. Baseado nisso, o comando *vire-se* será transferido para o final do discurso, quando todos os demais enunciados tenham sido sinalizados.



Exemplo n.º 02. Demonstrativo do comportamento da ordem sintática da LIBRAS frente a LP.

Após a revista, o policial deve apenas dar um toque no ombro do surdo e, com este sinal, conseqüentemente, ele se voltará para a posição inicial. Segue o exame, um questionário, que não abordarei neste trabalho, ficando tanto este assunto quanto as demais formas de abordagens de acordo com as diferentes situações em que ela se insere para estudos posteriores. Os procedimentos policiais nas abordagens pessoais são padronizados. Ao abordar o indivíduo, em uma situação de rotina e simples averiguação, o policial dá os comandos com a mão dominante sobre a arma, logo, o profissional deve sinalizar com a mão de apoio, enquanto outro policial mantém-se na retaguarda.

4. Últimas palavras: o que é necessário fazer

Desde a aprovação da Lei que reconheceu o status linguístico da LIBRAS, algumas dezenas de trabalhos relacionados a estudos linguísticos, culturais e de ensino da mesma surgiram no Brasil. No entanto, a literatura da área ainda se mostra incipiente quanto a alguns aspectos da língua. Algumas pesquisas avançaram no delineamento de didáticas e metodologias no ensino da LIBRAS como primeira língua para surdos, outras raras em LIBRAS como segunda língua para ouvintes. Temas como o ensino de LP para surdos como L2 também estão presentes nos discursos acadêmico-científicos. Ainda pode-se citar, por exemplo, estudos nas áreas do ensino de matemática e ciências naturais para surdos. No entanto, áreas como a do ensino da Arte e suas respectivas linguagens – especialmente a música – ainda estão, quase que

totalmente, longe e esquecidas do foco acadêmico, o que, segundo Benassi (2013), tem levado profissionais do ensino e gestão de algumas escolas a excluírem os alunos surdos das salas de aula de música, distanciando-os dos benefícios que a música pode oferecer a um indivíduo que a ela seja exposto desde cedo.

No tocante às abordagens policiais, os casos de erros e equívocos se multiplicaram, alguns nem relatados na grande mídia. Um caso chama a atenção: foi o de Alexandre Pontes, que nasceu surdo e em dezembro de 2009, quando tinha 20 anos, ao entrar numa conveniência, teve seus sinais confundidos com o de um criminoso tentando fazer roubo. Policiais militares pararam o ônibus em que estava Alexandre e o prenderam. De acordo com o Censo 2010, existem mais de 8 milhões de surdos no Brasil. Estatísticas revelam que todo mês, no nosso país, pelo menos oito surdos são presos por engano, por não conseguirem se comunicar. “Muitas dessas prisões se devem a essa falta de comunicação”, ressaltou a deputada federal Mara Gabrilli, em seu site

No intuito de atender com mais humanidade o surdo, com as peculiaridades linguísticas que o constitui, as academias de formação de praças e oficiais, a exemplo da citada anteriormente, precisam dispor de cursos e disciplinas que capacitem e qualifiquem seus homens, para que, no momento da abordagem, assim que identificado que o sujeito é surdo ou possui alguma limitação auditiva, possam interagir em LIBRAS. Deve-se buscar profissionais qualificados para o ensino da LIBRAS, professores que possam atuar junto à coordenação pedagógica dos cursos de formação de praças e/ou oficiais, para que seja dado ao curso seu devido direcionamento, não ficando o mesmo preso a questões que priorizem outro aspecto que não seja o da interação, pois trata-se de LIBRAS aplicada ao contexto de abordagens policiais.

Aos acadêmicos, fica a responsabilidade de debruçarem-se sobre o tema, para que haja a devida discussão e debates, para que se delimitem as questões teóricas do ensino da Língua Brasileira de Sinais nos diversos contextos, sejam eles nas abordagens policiais, na música ou na própria LIBRAS. Pois, como indicam Quadros e Karnopp, as pesquisas são insuficientes para a real compreensão sobre certos aspectos, e estas, como aconselham, não podem ficar restritas ao universo pedagógico.

Referências

ALBRES, N. A. Tradução da literatura infantil para LIBRAS: entre a construção de sentidos e o uso dos recursos linguísticos. Disponível em http://www.congressotils.com.br/anais/tils2012_metodologias_traducao_albres.pdf. Acessado em 26 de out. 2012.

ALVES, K. N. Abordagem policial: a busca pessoal e seus aspectos legais. Disponível em <http://jus.com.br/artigos/19727/abordagem-policial-a-busca-pessoal-e-seus-aspectos-legais>. Acessado em 28 de ago. 2013.

BAKHTIN, M. M. [1929] **Estética da criação verbal**. 4^a.ed. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

BENASSI, Claudio Alves. LIBRAS: inclusão no papel, exclusão na realidade. Cuiabá, 6 de mai. 2013. Disponível em http://www.matogrossoonline.com.br/categoria.php?cat_id=6

BENASSI, C. A.; DUARTE, A. S. PADILHA, S. de J. Libras no ensino superior: sessenta horas para aprender a língua ou para saber que ela existe e/ou como se estrutura. **Norteamentos**. Revista de estudos linguísticos e literários da UNEMAT, v 5, n 10, dez. 2012.

BRAIT, B. MELO, R. de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: **Bakhtin conceitos chave**. São Paulo: Contexto, 2008.

BRASIL. (Presidência da República). Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 d3 outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acessado em 28 de ago. 2013.

_____. (Presidência da República). Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em <http://www.ufjf.br/ acessibilidade/files/2009/08/Lei-n%C2%BA10436.pdf>. Acessado em 28 ago. 2013.

CAMPELLO, A.R.S. **Deficiência auditiva e LIBRAS**. Indaial: UNIASSELVI, 2011.

DUARTE, Anderson Simão. **Ensino de libras para ouvintes numa abordagem dialógica: contribuições da teoria bakhtiniana para a elaboração de material didático**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal de Mato, Cuiabá: 2011.

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2010.

LACERDA, C. B. F. A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos. Cad. **CEDES** [online]. 2000, v. 20, n. 50, pp. 70-83.

LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

QUADROS, R.M; KARNOPP L.B. **Língua brasileira de sinais: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZUIN, P. B; REYES, C. R. **O ensino de língua materna: dialogando com Vygotsky, Bakhtin e Freire**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

TERRA, M. R. Língua Materna (LM): um recurso mediacional importante na sala de aula de aprendizagem de Língua Estrangeira (LE). **Trabalhos em Linguística Aplicada**, n. 43, p. 93-113. 2004.